

À Itaipu Binacional

Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio

Ref: Impugnação
Pregão Eletrônico nº NF 2007-25

A XXXXXXX, vem, respeitosamente, por meio de seu representante legal, perante Vossa Senhoria, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, o que faz conforme as razões a seguir.

1. Introdução

A Itaipu Binacional, publicou Edital objetivando a proposta comercial mais vantajosa para a contratação dos serviços de Gerenciamento e Controle da Manutenção Preventiva e Corretiva de Veículos, Equipamentos de Transporte, Embarcações e Fornecimento de Combustíveis com a utilização de cartão eletrônico (com chip) ou dispositivos denominados TAG'S (etiquetas), com tecnologia RFID ou NFC em estabelecimentos credenciados e equipe especializada, através do uso de sistema informatizado e integrado via WEB online real time, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).

Conforme se depreende da leitura do Termo de Referência, o objeto da presente contratação abarca, além do gerenciamento de manutenção de frota, o fornecimento de combustíveis. Conforme jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, a disposição editalícia que impeça a ampla participação de empresas que prestam serviços distintos é vedada e, por isso, merece ser retificado o Edital.

Mais adiante será explicitado com maior clareza de detalhes os motivos pelos quais devem ser reformadas as regras editalícias, uma vez que a aglutinação de serviços distintos entre si implica em ilegalidades e violação à preceitos fundamentais que regem a contratação administrativa.

Tendo em vista que há a evidente necessidade de mudança de disposições específicas do Edital a fim de evitar ilegalidades que incorram na nulidade da licitação, **pugna-se pela modificação do item inframencionado, nos termos em que passa a expor.**

2. Aglutinação de serviços heterogêneos em lote único. Ilegalidade constatada. Necessidade de separação dos lotes. Irregularidade.

Conforme explicitado acima, o objeto da presente licitação **foi aglutinado em um único lote**, que contempla tanto os serviços de gerenciamento de manutenção de frotas quanto abastecimento dos veículos.

Conforme se verifica da leitura do Termo de Referência, dentro do Lote único – plataforma integrada de serviços há 2 (dois) itens que abarcam a execução de serviços distintos requeridos pelo Órgão, sendo eles:

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (30 Meses)	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ESTIMATIVA DE GASTOS
I) MANUTENÇÃO	
Peças, acessórios e insumos	R\$ 5.145.000,00
Mão de obra manutenção preventiva, corretiva e preditiva	R\$ 2.869.000,00
Total sem incidência da Taxa de Administração	R\$ 8.014.000,00
Taxa de Administração (Teto máximo)	5,00 %
Total com incidência da Taxa de Administração	R\$ 8.414.700,00
II) ABASTECIMENTO	
Combustíveis (etanol, gasolina, diesel comum, diesel S10) (2)	R\$ 3.816.000,00
VALOR TOTAL (1+2)	R\$ 12.230.700,00

Verifica-se que, ainda, que a fase de lances se dará observando o preço global licitado.

Valor Total Geral da Contratação para 30 Meses (Subtotal 1 + Subtotal 2)	R\$ 12,230,470.00
---	--------------------------

É possível verificar conforme imagem acima colacionada que, ainda que os serviços sejam heterogêneos e completamente distintos entre si, os licitantes deverão realizar seus lances observando o lote único da contratação, isto é, deverão executar serviços de manutenção de gestão de frotas e fornecimento de combustível, **que deverão ser ofertados por uma única empresa.**

A disposição em questão mostra-se desarrazoada e completamente desconexa ao mercado de gerenciamento de frotas públicas, uma vez que as exigências realizadas poderão ser executadas por uma parcela ínfima de empresas, isso se houver alguma, **o que aumentará inegavelmente o preço do serviço**, violando a maioria absoluta dos princípios basilares da contratação administrativa.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os **princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Nessa toada, o art. 47, II da Lei nº 14.133/21 determina que as licitações de serviços devem atender ao princípio do parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Ainda, nos termos do § 1º do mesmo art. 47, é exposto que o parcelamento tem como um objetivo **a ampliação da competitividade e evitar a concentração de mercado:**

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Esta também era a disposição do art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a antiga Lei de Licitações. Ao comentar o aludido dispositivo, Marçal Justen Filho ensina que:

o art. 23, § 1º, impõe o fracionamento como obrigatório. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. O

fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica.²

Assim, como regra, deverá a Administração proceder à instauração de licitações distintas quando se tratar de serviços de natureza diversa.

Neste sentido, cita-se o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

DENÚNCIA. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO. IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS. IMPROCEDÊNCIA. 1. Em se tratando de eventos, os serviços licitados pela Administração Pública, principalmente de sonorização e iluminação de palco, devem ser condizentes com as necessidades para a realização das apresentações, de modo a atender às características técnicas dos artistas contratados. **2. Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis, a lei preconiza a realização de licitação por itens ou lotes, com vistas a melhor aproveitar os recursos disponíveis e a aumentar a competitividade, conforme dispõe o § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993.**³

Excessiva diversidade de itens como objeto de uma única licitação. (...).

O objeto licitado é amplo e diversificado, composto de itens distintos, o que requer para sua execução empresas de especialidades diversas. (...) A Administração, ao concentrar em um único procedimento licitatório objetos diversos, que demandam licitações autônomas, violou o princípio da competitividade, pois certamente, **ao englobar itens distintos num mesmo certame, reduziu o universo de possíveis interessados que não dispõem de capacidade para executar tão amplos e diversificados serviços, podendo, inclusive, comprometer a qualidade dos serviços a serem prestados.** (...) a diversidade de itens num mesmo certame inviabiliza sua execução por uma mesma empresa.⁴

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11 ed. São Paulo: Dialética, 2005.

³ Licitação nº 951878, Data: 08/03/2018, Rel. Conselheiro Gilberto Diniz.

⁴ Licitação n.º 627765. Rel. Conselheiro Moura e Castro

O Tribunal de Contas da União, possui entendimento firme nesse sentido, conforme demonstra a Súmula 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, **tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes** que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A contratação conjunta de serviços distintos é, como regra, vedada, uma vez que reduz a competitividade das licitações por concentrar serviços que poderiam ser prestados por empresas diversas e melhor especializadas naquele determinado item, impossibilitando, de plano, que a Administração alcançasse serviço de melhor qualidade.

Cediço, os itens requeridos acima são extremamente diferentes entre si e envolvem mercados amplamente distintos, vez que os descontos ofertados para gestão de manutenção preventiva e corretiva, e fornecimento de combustíveis não podem ser os mesmos oferecidos entre si. Não é segredo que as margens de desconto das oficinas mecânicas são completamente distintas das taxas ofertadas pelas empresas de fornecimento e instalação de rastreadores e essas diferentes das demais.

Nessa toada, os serviços de gerenciamento de frotas e o de fornecimento de combustíveis também possuem mercado extremamente diferentes. Isso porque a discrepância entre os descontos é evidente, vez que em Pregões de manutenção os lances podem chegar em até 50% de desconto e, no fornecimento de combustíveis, esses não chegam a 5%.

Acerca da vantajosidade na separação dos lotes, vejamos licitações recentes que separaram o gerenciamento de manutenção de frotas do fornecimento de combustíveis.

Conforme se verifica do Coren/MS realizou Pregão Eletrônico nº 90007/2025 em dois grupos distintos: um que possuía como objeto a gestão de manutenção preventiva e corretiva de veículos com

fornecimento de peças e o outro, o gerenciamento de abastecimento de (gasolina comum, álcool, óleo diesel, ARLA). De acordo com o que se depreende, o lote referente à gestão de manutenção e fornecimento de peças resultou em um desconto de 59,00% à Administração Pública, enquanto o lote de abastecimento, garantiu ao Conselho Regional um desconto de 4,60%

Lote 1 – Gestão de frotas

44.220.921/0001-35 Programa de Integridade	OFROTAS SISTEMAS LTDA PR	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 10.966.5037 (59,00 %) -	▼
12.039.966/0001-11 Programa de Integridade	LINK CARD ADMINISTRADORA.. SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 11.228.6299 (58,02 %) -	▼
51.679.014/0001-14	VALOR GESTAO E SERVICOS T.. MT	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 11.704.7367 (56,24 %) -	▼
28.008.410/0001-06 Programa de Integridade	BAMEX CONSULTORIA EM GE.. PI	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 18.720.6243 (30,01 %) -	▼
06.048.539/0001-05 Programa de Integridade	S.H. INFORMATICA LTDA MS	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 22.732.7598 (15,01 %) -	▼
14.984.437/0002-00	XP3 CONSULTORIA E ADMINIS.. GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 25.142.7158 (6,00 %) -	▼

Lote 2 – Abastecimento de veículos

12.039.966/0001-11 Programa de Integridade Adjudicada	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENE.. SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 19.125.1624 (4,60 %) -	
06.048.539/0001-05 Programa de Integridade	S.H. INFORMATICA LTDA MS	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 19.143.2050 (4,51 %) -	▶
28.008.410/0001-06 Programa de Integridade	BAMEX CONSULTORIA EM GESTAO EMP.. PI	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 19.229.4086 (4,08 %) -	
26.580.101/0001-72 ME/EPP Programa de Integridade	APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORI.. SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 20.045.3353 (0,01 %) -	

O mesmo aconteceu com o Pregão Eletrônico promovido pelo CISAB – PE nº 14/2025 – em que os lotes foram divididos em 3 grupos distintos abrangendo, separadamente, (1) gestão de manutenção preventiva e corretiva, (2) fornecimento de peças e acessórios e (3) gestão de abastecimento de veículos. Os lances foram, respectivamente, de **-57,50%, -57,50 e, para o item de combustíveis, somente -7,10%.**

Lista de Classificação do Lote 1			
Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	QFROTAS SISTEMAS LTDA	44.220.921/0001-35	-57,50
2	CEGONHA SOLUCOES LTDA	30.677.164/0001-19	-53,10
3	HALF BENEFICIOS LTDA	43.091.320/0001-07	-45,00
4	BCARD ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E SERVICOS LTDA	50.513.421/0001-94	-37,00

Lista de Classificação do Lote 2			
Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	QFROTAS SISTEMAS LTDA	44.220.921/0001-35	-57,50
2	CEGONHA SOLUCOES LTDA	30.677.164/0001-19	-53,10
3	HALF BENEFICIOS LTDA	43.091.320/0001-07	-47,00

Lista de Classificação do Lote 3			
Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	CEGONHA SOLUCOES LTDA	30.677.164/0001-19	-7,10
2	BCARD ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E SERVICOS LTDA	50.513.421/0001-94	-7,00
3	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	-4,53
4	UAITAG ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E SERVICOS LTDA	32.282.596/0001-56	-1,00
5	BAMEX CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI	28.008.410/0001-06	-0,01
6	CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO TECNOLOGIA LTDA	09.179.444/0001-00	0,00

Como já fora fundamentado, a discrepância entre os lances é verificável a partir da análise da margem de lucro de postos de abastecimento, a qual é abruptamente inferior às oficinas mecânicas e autopeças.

A relação entre a indústria petrolífera e os postos resulta em uma margem baixíssima de lucro a qual é justamente o objeto de disputa no Pregão, impossibilitando que as taxas ultrapassem os 10% de desconto. Contudo, tal cenário é completamente diferente no mercado de gestão de frotas, o qual, conforme verificou-se acima, ultrapassa os 50% de desconto beneficiando o erário em até 5 vezes mais.

Deste modo, traz a toda o seguinte questionamento: é realmente mais benéfico à Administração a aglutinação dos lotes após a verificação dos lances em grupos/lotos distintos? Resta inequívoco que não.

Ainda, nota-se que o critério de julgamento da presente licitação é o de menor valor. No entanto, a restrição da competitividade de empresas diversas do ramo, além de limitar a disputa entre empresas específicas, impede a obtenção de proposta de fato mais vantajosa, finalidade primária da contratação administrativa, senão, vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Desta forma, tendo em vista que a margem de lucro das oficinas reflete intimamente na confecção das propostas e das taxas a serem fornecidas na fase de lances, nota-se que a aglutinação dos lotes ensejará em um desconto até 5 vezes inferior.

A fim de corroborar o que já fora explicitado, é de se observar o entendimento já consolidado do TCU que, em licitação do mesmo objeto ora licitado, **o Tribunal determina que o serviço de gerenciamento de frota não deve ser incluído no mesmo lote do serviço de abastecimento vez que impossibilita a Administração de atingir o menor preço:**

- 1.6. Recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, para que nas próximas licitações:
 - 1.6.1. **não inclua no mesmo lote de uma licitação em que haja disputa apenas pelo item referente a prestação de serviços de gerenciamento de frota, o fornecimento de peças, acessórios e combustíveis, em função da impossibilidade de aferição do menor**

preço e da exclusividade do comércio de combustíveis conferida pelo art 3º da Resolução ANP nº 8, de 6/3/2007; (Acórdão 1040/2012-TCU-Segunda Câmara)

Tanto é assim que a jurisprudência promove a Instrução Normativa nº 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão enuncia que a contratação conjunta de serviços distintos depende da comprovação de que: *(i)* o parcelamento torna o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provoca a perda de economia de escala; e *(ii)* os serviços podem ser prestados por empresa registrada e sob fiscalização de um único conselho regional de classe profissional, quando couber.

Conforme explicitado acima, a contratação conjunta de serviços heterogêneos deve ser devidamente justificada pelo Órgão contratante após a realização de um estudo técnico que demonstre a viabilidade da contratação, além da necessidade de estar devidamente motivado, na fase preparatória da licitação, a possibilidade da unicidade dos lotes acarretar em uma contratação técnica, econômica e administrativamente favorável.

Nesse sentido, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 18. A **fase preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo **deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução**, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Não é o caso da presente licitação, uma vez que o ETP (Estudo Técnico Preliminar) sequer foi anexado aos documentos do Pregão.

Não há absolutamente nenhuma fundamentação no Edital e tampouco Termo de Referência que justifique a licitação nos moldes em que está. E mesmo que estivesse, deveria estar redigida nos termos das exigências do Tribunal de Contas da União, o que não ocorrera, motivo pelo qual a republicação do instrumento convocatório com a anexação do Estudo Técnico Preliminar é medida que se impõe.

Sobre a imprescindibilidade do documento, os Tribunais de Contas do país possuem entendimento idêntico de que **não é documento facultativo e sua ausência incide em irregularidade do processo licitatório**, nos seguintes termos:

EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS ATA DE REGISTRO DE PREÇO FORMALIZAÇÃO CONTRARIADOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS IRREGULARIDADE REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS MULTA. **1. É declarada a irregularidade do procedimento licitatório, assim como da formalização da ata de registro de preços, em que ausentes documentos obrigatórios (Estudo Técnico Preliminar; Planilha Orçamentária; e Parecer jurídico adequado)**, sendo constatadas ainda diversas impropriedades, relativas à cobrança em duplicidade nos serviços a serem prestados, à confusão entre as informações sobre se tratar de transporte ou traslado, à contradição nos endereços informados da localização da empresa, impactando o orçamento, em contrariedade aos dispositivos legais, em especial os contidos na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 10.520/2002, bem como aplicada a sanção de multa ao ordenador de despesas, conforme os critérios expostos no artigo 45 da Lei Complementar nº 160/2012, combinado com o artigo 181 da Resolução TCE/MS nº 98/2018.

(TCE-MS - ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO: 130202018 MS 1946698, Relator.: RONALDO CHADID, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 3200, de 09/08/2022)

Sobre o Estudo Técnico Preliminar, conforme entendimento do Conselheiro Ronaldo Chadid que compõe o TCE/MS, tem-se que constitui fase do processo licitatório que detém grande importância e é por meio dele que o Órgão licitante apresenta os dados referentes ao objeto da licitação, evidenciando

a real necessidade e os requisitos da contratação. Demonstra, ainda, o levantamento de mercado e a justificativa da escolha do tipo de solução a contratar, motivo pelo qual a não realização de Estudo Técnico Preliminar adequado ao certame evidencia irregularidade da primeira fase e sujeita o responsável à aplicação de multa.⁵

Nessa seara, em situações semelhantes, a empresa XXXXXX impetrou *mandamus* em diversas localidades buscando a separação de lotes. Na gritante maioria, obteve-se êxito na concessão da liminar suspendendo o certame até o julgamento final da demanda, sendo alguns deles o **PE nº 2025.04.08.02-SRP publicado pela Prefeitura Municipal de Orós/CE⁶**, PE nº 06050001/2025 publicado pela Prefeitura de Beberibe/CE⁷, PE nº 024/2025 publicado pela Prefeitura de Pirenópolis/GO⁸, PE nº 06/2025 publicado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO⁹ e muitos outros.

As liminares concedidas seguem o mesmo raciocínio da decisão proferida pelo Desembargador Relator Jamil de Miranda Gedeon Neto que, no julgamento do Mandado de Segurança da XXXXXX¹⁰ com o critério de julgamento idêntico ao PE em apresso, obteve-se o seguinte entendimento:

Assim, a concessão de liminar em Mandado de Segurança pressupõe a relevância jurídica das alegações autorais (*fumus boni iuris*) e o risco de ineficácia da medida caso deferida somente ao final (*periculum in mora*).

(...)

Passando ao exame da liminar, cediço que em matéria de licitação deve ser observada, sempre que técnica e economicamente viável, a regra do parcelamento do objeto da contratação (Lei 8.666/1993, arts. 15, IV e 23, § 1º), com vistas à ampliação da competitividade (art. 3º, § 1º, I) e ao melhor aproveitamento dos recursos públicos, assim como para evitar a concentração de mercado.

⁵ (TCE-MS - LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO: 41772019 MS 1973123, Relator.: RONALDO CHADID, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n . 2584, de 01/09/2020)

⁶ 0203302-34.2025.8.06.0293

⁷ 3000652-97.2025.8.06.0049

⁸ 5321713-52.2025.8.09.0006

⁹ 7001261-46.2025.8.22.0023

¹⁰ 0811596-21.2025.8.10.0000

Sobre isso, o Tribunal de Contas da União editou o Verbete nº 247, segundo o qual “*é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade*”.

No caso dos autos, verifico que o edital do Pregão Eletrônico em comento desprezou a mencionada regra, na medida em que definiu como critério de julgamento “o valor unitário do item e total do grupo” para aquisição dos três itens previstos, a saber: i) combustíveis; ii) peças; iii) manutenção (serviços).

Como o mercado competidor, de ordinário, **não trabalha com o fornecimento de todos esses produtos e serviços num único portfólio, verifico que o critério “preço global” restringe a competição de maneira indevida, pois alija do certame empresas que, como a impetrante, prestam apenas um dos serviços listados no edital.**

À vista disso, entendo que se encontram presentes os fundamentos para a concessão da suspensividade pretendida, entre eles o risco de dano grave, ante a iminência da realização da sessão pública do pregão, agendada para o dia 29/04/2025, da qual a impetrante não poderá participar mercê das restrições editalícias.

Conforme mencionado o Edital reúne, em um único lote, serviços de natureza distintas, a manutenção desses itens no mesmo lote viola o princípio da competitividade, restringe a ampla participação e contraria o entendimento consolidado de que o parcelamento deve ser adotado sempre que possível para ampliar a disputa.

Portanto, é de se concluir que a competitividade do certame resta comprometida e, com isso, estão comprovadas as violações aos princípios basilares da contratação administrativa bem como irregularidades no procedimento, **havendo necessidade, então, que seja republicado Edital com as incorreções apontadas.**

3. Conclusão

Diante do exposto, requer-se o recebimento da presente impugnação ao edital, com o acolhimento das razões expostas para que:

- a) Ocorra a **separação dos serviços de aquisição de combustíveis, dos itens de gestão de manutenção preventiva e corretiva das frotas**, por possuírem natureza distinta, em conformidade com a doutrina e a jurisprudência consolidada apresentadas nestas razões;
- b) Haja a **juntada do Estudo Técnico Preliminar**, nos termos da fundamentação acostada, sob pena de anulação do procedimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba/PR, 12 de janeiro de 2026.